DocuSign Envelope ID: 559F7A89-27FC-406A-84AA-69A2AFA7E382



# AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A.

CNPJ nº 32.064.970/0001-47

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

| Ativo | Nota | 2021 | 2020 | Passivo | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 5 | 4 | Fornecedores | | 41 | 37 |
| Aplicações financeiras | 5 | 190.601 | 152.719 | Obrigações trabalhistas e sociais | 7 | 616 | 1.148 |
| Tributos a recuperar | | 1.742 | 1.900 | Obrigações fiscais | | 58 | 13 |
| Outros créditos | | 299 | 301 | Dividendos a pagar | 6 | – | 126 |
| **Total do ativo circulante** | | 192.647 | 154.924 | Imposto de renda e contribuição social | | 72 | – |
| Contas correntes a receber de partes relacionadas | 6 | – | 38.366 | Outras contas a pagar | 8 | – | 4.400 |
| Ativo fiscal diferido | 12 b. | 959 | 1.527 | **Total do passivo circulante** | | 787 | 5.724 |
| Depósitos judiciais | | 234 | 234 | **Total do passivo** | | 787 | 5.724 |
| **Total do realizável a longo prazo** | | 1.193 | 40.127 | **Patrimônio líquido** | 9 | | |
| Investimentos | | 1.128 | 1.211 | Capital social | | 200.000 | 200.000 |
| Intangível | | 20 | 20 | Prejuízos acumulados | | (5.799) | (9.442) |
| **Total do ativo não circulante** | | 2.341 | 41.358 | **Total do patrimônio líquido** | | 194.201 | 190.558 |
| **Total do ativo** | | 194.988 | 196.282 | **Total do passivo e patrimônio líquido** | | 194.988 | 196.282 |

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Despesas administrativas e gerais | 10 | (677) | (3.512) |
| Outras receitas operacionais | | 1 | (1) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | (83) | (189) |
| **Resultado antes do resultado financeiro e impostos** | | (759) | (3.702) |
| Receitas financeiras | 11 | 6.557 | 1.433 |
| Despesas financeiras | 11 | (306) | (55) |
| **Resultado financeiro** | | 6.251 | 1.378 |
| **Resultado antes dos impostos** | | 5.492 | (2.324) |
| Imposto de renda e contribuição social | 12 a. | (1.849) | 866 |
| **Lucro líquido (Prejuízo) do exercício** | | 3.643 | (1.458) |

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido (Prejuízo) do exercício** | 3.643 | (1.458) |
| **Resultado abrangente total** | 3.643 | (1.458) |

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldos em 1º de janeiro de 2020** | 200.000 | (7.984) | 192.016 |
| Prejuízo do exercício | – | (1.458) | (1.458) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | 200.000 | (9.442) | 190.558 |
| Lucro líquido do exercício | – | 3.643 | 3.643 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | 200.000 | (5.799) | 194.201 |

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | |
| Resultado antes dos impostos | | 5.492 | (2.324) |
| Ajustes para: | | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 11 | (6.495) | (1.377) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 83 | 189 |
| | | (920) | (3.512) |
| **Variações nos ativos e passivos** | | | |
| **(Aumento)/Diminuição dos ativos** | | | |
| Tributos a recuperar | | 199 | (10) |
| Depósitos judiciais | | – | (204) |
| Outros créditos | | 2 | (293) |
| **Aumento/(Diminuição) dos passivos** | | | |
| Fornecedores | | 4 | 32 |
| Obrigações trabalhistas e sociais | | (532) | (2.219) |
| Obrigações fiscais | | 45 | 4 |
| Outras contas a pagar | | (4.400) | – |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | 12 a. | (313) | – |
| **Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais** | | (5.915) | (6.202) |
| **Fluxo de caixa de atividades de investimento** | | | |
| Aplicações financeiras | | (34.402) | (130.254) |
| Juros recebidos | | 2.078 | 656 |
| Contas correntes líquida - partes relacionadas | | 38.366 | 136.016 |
| Aplicação em fundo para investimento | | – | (216) |
| **Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento** | | 6.042 | 6.202 |
| **Fluxo de caixa de atividades de financiamento** | | | |
| Dividendos pagos | | (126) | – |
| **Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento** | | (126) | – |
| **Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa** | | 1 | – |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1° janeiro | 4 | 4 | 4 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 4 | 5 | 4 |
| **Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa** | | 1 | – |

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais)*

**1. Contexto operacional**

A Aegea Desenvolvimento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em 06 de novembro de 2018. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, bem como atividades de consultoria e assessoria empresarial, gerenciamento, intermediação comercial e de negócios, comercialização de produtos e atividades relacionadas a saneamento básico. COVID-19: No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde "OMS", declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados naquele momento. Neste contexto, a Administração da Companhia vem adotando, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e a comunidade em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia, a controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea") acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços, essenciais para a sociedade. Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

**2. Base de preparação**

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Definição de vida útil do ativo intangível; • Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 12). d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

**3. Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *i) Reconhecimento e mensuração inicial:* A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. *ii) Classificação e mensuração subsequente:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente de ganhos e perdas:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. *Passivos financeiros:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *iv) Compensação:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. *v) Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com Impostos s/receita financeira (PIS/COFINS). b) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. c) Redução ao valor recuperável (*impairment*): *i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. *ii) Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. d) Benefícios a empregados: *i) Benefício de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde:* A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. e) Tributos: *i) Imposto de renda e contribuição social:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. *Imposto corrente:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. *Imposto diferido:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Exposições fiscais:* Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. f) Novas normas e interpretações: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são validas para exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. *Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.* As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis. *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:* As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, não houve impactos para a Companhia. g) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 17 - Contratos de seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Bancos conta movimento | 5 | 4 |

**5. Aplicações financeiras**

| Modalidade | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Aplicações pós-fixadas | 47.599 | 71.242 |
| Fundo de Investimento Safira | 57.026 | 1.458 |
| Fundo de Investimento CEF Safira | – | 80.019 |
| Fundo de Investimento Caixa Topázio | 54.560 | – |
| Fundo de Investimento Turquesa | 31.416 | – |
| | 190.601 | 152.719 |

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB e dos fundos de investimento é em média 99,52% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (89,77% do CDI em 31 de dezembro de 2020). As cotas adquiridas dos fundos de investimentos, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. Todos os fundos são registrados junto à CVM. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 13 - Instrumentos Financeiros.

**6. Transações com partes relacionadas**

Remuneração de pessoal-chave da administração: As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2021, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R$ 0 (R$ 2.451 em 31 de dezembro de 2020). Controladora: A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 100% das ações que representam o seu capital social. Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas ou companhias relacionadas a eles. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

| **Ativo não circulante** | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Contas correntes a receber de partes relacionadas (a)** | | |
| Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A. | – | 1.158 |
| Águas de Timon Saneamento S.A. | – | 37.208 |
| | – | 38.366 |
| **Passivo circulante** | | |
| **Outras contas a pagar para partes relacionadas (b) (nota explicativa nº 8)** | | |
| Aegea Saneamento e Participações S.A. | – | 2.200 |
| LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. | – | 2.200 |
| | – | 4.400 |
| **Dividendos a pagar** | | |
| Aegea Saneamento e Participações S.A. | – | 126 |
| | – | 4.526 |

(a) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no ativo não circulante, e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa, liquidadas.
(b) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.

**7. Obrigações trabalhistas e sociais**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Participação nos lucros | 60 | 596 |
| Provisão de férias | 35 | 28 |
| Encargos sociais | 521 | 524 |
| | 616 | 1.148 |

**8. Outras contas a pagar**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Outras contas a pagar para partes relacionadas (nota explicativa nº 6) | – | 4.400 |
| | – | 4.400 |

**9. Patrimônio líquido**

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social integralizado é de R$ 200.000 e está representado por 200.000.000 (duzentos milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

| | |
|---|---|
| Aegea Saneamento e Participações S.A. | 100,00% |

b) Prejuízos acumulados: É constituído pelos prejuízos acumulados do exercício atual e anterior e será compensado pelos lucros futuros.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 24/02/2022 | 22:17:12 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A0748CC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 559F7A89-27FC-406A-84AA-69A2AFA7E382



continuação

**AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020** *(Em milhares de reais)*

**10. Despesas por natureza**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Pessoal | (540) | (3.354) |
| Outras despesas | (137) | (158) |
| | (677) | (3.512) |

**11. Resultado financeiro**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Receitas** | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 6.495 | 1.377 |
| Outras receitas financeiras | 62 | 56 |
| **Receitas financeiras** | 6.557 | 1.433 |
| **Despesas** | | |
| Impostos s/receita financeira (PIS/COFINS) | (305) | (67) |
| Despesas e comissões bancárias | (1) | 15 |
| Outras despesas financeiras | – | (3) |
| **Despesas financeiras** | (306) | (55) |
| **Resultado financeiro** | 6.251 | 1.378 |

**12. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)**

a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está apresentada como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | 5.492 | (2.324) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 83 | 189 |
| Lucro líquido (Prejuízo) ajustado | 5.575 | (2.135) |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada | (1.896) | 726 |
| Reversões (Despesas) indedutíveis | (9) | 140 |
| Doações Rouanet e Caráter desportivo | 26 | – |
| PAT | 5 | – |
| Outras diferenças permanentes | 25 | – |
| **Imposto de renda e contribuição social:** | | |
| Corrente | (1.281) | – |
| Diferido | (568) | 866 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | (1.849) | 866 |
| Alíquota efetiva | 33% | 41% |

| **Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos** | 2021 |
|---|---|
| Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados | (1.281) |
| Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir) | 968 |
| Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa | (313) |
| Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa: | |
| Compensações referente retenções na fonte | 896 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 72 |
| | 968 |

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

| | 2020 | Resultado | 2021 |
|---|---|---|---|
| Provisão para participação nos lucros | 370 | (182) | 188 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 1.157 | (386) | 771 |
| **Ativo fiscal diferido** | 1.527 | (568) | 959 |
| | **2019** | **Resultado** | **2020** |
| Provisão para participação nos lucros | 331 | 39 | 370 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 330 | 827 | 1.157 |
| **Ativo fiscal diferido** | 661 | 866 | 1.527 |

**13. Instrumentos financeiros**

Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Bancos conta movimento (nota explicativa nº 4) | 5 | 4 |
| Aplicações financeiras | 190.601 | 152.719 |
| | 190.606 | 152.723 |

*Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

| | 2021 | | |
|---|---|---|---|
| | **Valor contábil** | **Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)** | **Até 12 meses** |
| **Passivo** | | | |
| Fornecedores | 41 | 41 | 41 |
| | 41 | 41 | 41 |

| | 2020 | | |
|---|---|---|---|
| | **Valor contábil** | **Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)** | **Até 12 meses** |
| **Passivos** | | | |
| Fornecedores | 37 | 37 | 37 |
| Dividendos a pagar | 126 | 126 | 126 |
| Outras contas a pagar | 4.400 | 4.400 | 4.400 |
| | 4.563 | 4.563 | 4.563 |

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. *Risco de taxa de juros:* A Administração da Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras. Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Instrumentos de taxa variável** | | |
| *Ativos financeiros* | | |
| Aplicações financeiras | 190.601 | 152.719 |

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

| | | | | Cenários | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Exposição Patrimonial** | **Exposição** | **Risco** | **Taxa de juros efetiva a.a. em 2021** | **I Provável** | **II 25%** | **III 50%** | **IV -25%** | **V -50%** |
| **1 - Ativos financeiros** | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 190.601 | Variação do CDI | 9,15% | 17.440 | 21.800 | 26.160 | 13.080 | 8.720 |

Gerenciamento do capital: A Administração procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a aplicações pós-fixadas e a fundos de investimentos.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

| | | | | Valor contábil | | Valor Justo | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **Classificação por categoria** | **Hierarquia do valor justo** | **2021** | **2020** | **2021** | **2020** |
| **Ativo** | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | Custo amortizado | Nível 2 | 5 | 4 | 5 | 4 |
| Aplicações financeiras | 5 | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 190.601 | 152.719 | 190.601 | 152.719 |
| **Total** | | | | 190.606 | 152.723 | 190.606 | 152.723 |
| **Passivo** | | | | | | | |
| Fornecedores | | Custo amortizado | Nível 2 | 41 | 37 | 41 | 37 |
| Dividendos a pagar | 6 | Custo amortizado | Nível 2 | – | 126 | – | 126 |
| Outras contas a pagar | 8 | Custo amortizado | Nível 2 | – | 4.400 | – | 4.400 |
| **Total** | | | | 41 | 4.563 | 41 | 4.563 |

A Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

**14. Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

**15. Eventos subsequentes**

Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia sagrou-se vencedora da Concorrência Pública nº 2021.11.03.2, cujo objeto consiste na Concessão da Prestação dos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário na cidade do Crato, no Estado do Ceará, pelo prazo de 35 anos.

**DIRETORIA**

**Radamés Andrade Casseb -** Diretor da Companhia

**Yaroslav Memrava Neto -** Diretor da Companhia

**CONTADOR**

**Itamar Portela Camargo -** MS 010387/O5S-SP

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e aos Acionistas da
**Aegea Desenvolvimento S.A.**
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Aegea Desenvolvimento S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de fevereiro de 2022

**ERNST & YOUNG**
**Auditores Independentes S.S.**
CRC 2SP027623/O
**José Antonio de A. Navarrete**
Contador CRC-1SP198698/O-4

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533946000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 24/02/2022 | 22:17:20 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A0748CC8CF462D629CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/